

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003849-21.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Renan Aprea Campos**
Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 2008 contraiu junto ao réu financiamento para a compra um automóvel, operação garantida por alienação fiduciária.

Alegou ainda não conseguindo arcar com as prestações avençadas procurou o réu em 2011, sendo então realizada a transferência do financiamento e venda por ele próprio (réu) a outro cliente seu para a diminuição de exigências burocráticas, ocasião em que foi cientificado de que lhe bastaria assinar a documentação de transferência do financiamento a fim de que o distrato fosse concretizado com sucesso em 16/09/2011, com a baixa do gravame.

Salientou que assim agiu, com o repasse do veículo para Maraco Representações S/C Ltda. ME, mas passados alguns anos veio a saber da existência de protestos em seu nome pelo não pagamento do IPVA do aludido veículo desde 2012.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que o réu lhe causou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A preliminar arguida pelo réu em contestação não merece acolhimento.

O processo é à evidência útil e necessário para que o autor atinja a finalidade que deseja, residindo aí o interesse de agir, de sorte que rejeito a prejudicial suscitada.

No mais, o réu na peça de resistência teceu de início considerações sob o título "*DOS VERDADEIROS FATOS*" (fls. 33/35), mas no mérito se limitou a pleitear a "*concessão de prazo para apresentação dos documentos necessários ao deslinde da demanda*" (fl. 36, parte final do antepenúltimo parágrafo).

Esse cenário atesta que ele não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor, como seria imprescindível.

Como se não bastasse, deixou de se pronunciar sobre a prova documental que instruiu a petição inicial.

Dela, merecem destaque os documentos de fls. 12 (atesta que em 16/09/2011 ocorreu a baixa do gravame decorrente do contrato firmado entre as partes, a indicar o distrato respectivo), 13 e 20 (patenteiam a inclusão de novo gravame igualmente em 16/09/011 tendo como financiado Maraco Representações S/C Ltda. ME, corroborando a transferência do financiamento a ele) e 14/19 (representam os débitos do IPVA do automóvel a partir de 2012, inclusive com indicação de protesto efetivado pela Procuradoria Geral do Estado contra o autor).

Em momento algum o réu se manifestou sobre esses documentos.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a conclusão de que a pretensão deduzida prospera.

Isso porque ficou claro que desde setembro de 2011 o autor não possui mais vínculo algum com o veículo trazido à colação, tendo o réu repassado o financiamento que lhe dizia respeito a outro cliente seu.

Significa dizer que desde então a cobrança do IPVA correspondente não dizia respeito ao autor, mas ainda assim ele acabou sofrendo protestos pelo não pagamento do mesmo.

Tais protestos, é relevante assinalar, revestiram-se das devidas formalidades e somente foram implementados precisamente porque o réu não efetuou o correto procedimento de transferência do financiamento, de modo que o nome do autor permaneceu indevidamente ligado ao veículo quando não havia mais lastro para tanto.

Nem se diga, por fim, que cumpria ao autor confeccionar o recibo de compra e venda em nome de outrem porque ele foi orientado que assinando a documentação de transferência o réu se encarregaria do restante (fl. 02, terceiro parágrafo).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

É relevante notar que o réu em momento algum refutou tal assertiva e, ademais, não demonstrou interesse em alargar a dilação probatória para comprovar que as orientações dadas ao autor tiveram conotação diferente (fls. 73 e 77).

Aliás, seria inconcebível que o autor não tivesse tomado medida que saberia a seu cargo, ficando exposto a situação de risco que na sequência se concretizou.

O réu por tudo isso deverá ressarcir os danos materiais e morais sofridos pelo autor.

Os primeiros corresponderão ao montante que lhe foi imputado a título de IPVA quando já deixara de ter relação com o automóvel em apreço.

Os segundos derivam dos protestos lançados contra o autor e que somente tiveram vez pela incúria do réu.

Aplicam-se à espécie vertente as mesmas orientações de negativas levadas a cabo indevidamente, pois em ambas o abalo que provocam são idênticos.

Assim já se pronunciou a jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios usualmente empregados em casos dessa natureza.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim, toma em conta a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor as quantias de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 5.028,74, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA